

Revista da Cultura: A carapuça serve em todos

A CARAPUÇA SERVE EM TODOS

QUANDO SE FALA EM MÚSICA, A FRONTEIRA
ENTRE O BOM E O MAU GOSTO É NEBULOSA
E MUITAS VEZES ESCONDE UMA PALAVRA QUE
NINGUÉM QUER PRONUNCIAR: PRECONCEITO

POR PEDRO ALEXANDRE SANCHES

Baião, xote, xaxado. Lamê, cafona, brega. Axé, lambada, carimbó. Jovem Guarda, iê-iê-iê, canção romântica. Samba de morro, samba joia, partido alto, pagode. Música caipira e sertaneja, guarânia e vanerão. Canção de protesto. Pop. Heavy metal, rock progressivo, emo. House, tecno, electro. Tecnobrega, forró, funk carioca, rap. Cada um desses gêneros musicais tem seguidores aos milhões, mas também tem de enfrentar exércitos às vezes reduzidos, mas sempre barulhentos, de detratores.

Em sua maioria, desperta ódio especial junto a consumidores tidos como cultos, intelectuais, críticos, formadores de opinião. Esses trazem sempre na cartola o argumento de preferir música dita fina, refinada, sofisticada, mas tampouco seus gêneros prediletos se safam de outros tipos de muxoxos, narizes torcidos e intolerâncias. Música erudita. Jazz. Blues. Bossa nova. Clube da esquina. MPB. Supostamente, estamos falando de estética, das distinções entre o que se entende como música “de qualidade” e “sem qualidade”, “boa” e “ruim”, de “bom gosto” e “mau gosto”. A zona fronteira entre os dois extremos é frequentemente nebulosa, pantanosa e fugidia, daquelas de atolar em areia movediça quem exiba muita certeza sobre onde está pisando. Ainda assim, há sempre alguém disposto a decretar, pronta e despoticamente: “Brega é lixo”, “música caipira não presta”, “iê-iê-iê é uma porcaria”.

Atrás das cortinas do “bom gosto” e do “mau gosto”, esconde-se um bichinho do qual em geral preferimos fugir a 120, 150, 200 quilômetros por hora e que atende pelo nome de preconceito. Será que eu desprezo o axé porque é péssimo ou porque desejo me manter bem distante dos baianos periféricos, pobres e pretos que o inventaram? Você detesta os emos porque fazem rock muito pauleira ou porque não se dá bem com seus figurinos esquisitões, soturnos, sexualmente indefinidos? É ficar entre uma coisa ou outra, indubitavelmente? Ou a repulsa (extra) musical nasce de uma gororoba mista disso tudo?



Militante musical multiplicado em musicólogo, historiador, pesquisador, crítico musical, escritor, engenheiro de som etc., Zuza Homem de Mello enfrenta esse bicho de sete cabeças: “É uma questão subjetiva, mas, se fosse só isso, não haveria tanto problema e antagonismo. Existe quase uma intolerância do bom gosto em relação ao mau gosto e certa inveja do mau gosto pelo bom gosto. O cara de bom gosto não tolera o que acha de mau gosto e o de mau gosto, não é que não tolera, é que ele não alcança o bom gosto”. Na opinião de Zuza, o aspecto não subjetivo dessa guerra se concentra nos termos “educação” e “cultura”: “O culto ao bom gosto é diretamente proporcional à educação e ao nível cultural da pessoa”.

Ele se vale de uma comparação entre música e gastronomia, na qual há os que ficam no feijão com arroz e os que cultuam paladares “sofisticados”. Mas justamente aí se insinua a dúvida: ora, por acaso é ruim comer arroz, feijão, bife e ovo frito? “No caso da gastronomia, um bom arroz com feijão e bife é considerado vulgar por quem tem paladar refinado. Mas é bom, e na música é igual. Dentro das diferentes áreas rotuladas como de mau gosto, há quem dê uma percepção de sinceridade, de verdade, que supera esse desprezo e faz com que os de bom gosto se sintam atraídos. É bom quando você sente verdade atrás daquilo.”

Zuza exemplifica: “Tenho amigos jazzistas fanáticos que não admitem nada da música caipira. Mas Rolando Boldrin, Inezita Barroso... Aquilo é verdadeiro. Há pessoas fechadas e abertas, aí você não pode fazer nada. Não posso mudar meu amigo que acha a dupla Tônico & Tinoco desprezível. Tem gente que só vai na Sala São Paulo, não tem jeito”.

Questão de identidade

Pois então, estamos meramente falando de “bom” e “mau” gosto, ou há mais que miúdos de pato embutidos no foie gras? “O preconceito poderia ser um elemento, sim, determinando que se deixe de gozar das belezas e verdades que poderiam ser apresentadas por quem não tem a mesma cultura e educação”, responde Zuza. “Aí,

quem não tem preconceito leva enorme vantagem. Eu mesmo cometi muitos enganos na minha postura, depois, vi que não era assim”, admite, e que quebre o primeiro disco quem nunca o fez.



Nos anos 1960 e 1970, o sírio-francês-brasileiro André Midani comandou, na gravadora Philips, o mais espetacular elenco reunido pela dita MPB. Ali se demarcaram nitidamente divisões que ainda hoje vigoram: nomes como Chico Buarque, Elis Regina e Caetano Veloso vendiam relativamente pouco, mas rendiam à gravadora cacife e prestígio cultural, enquanto operários pop, como Odair José e Evaldo Braga, faziam tilintar as caixas registradoras da multinacional. Midani, hoje aposentado, descreve a situação pelo ponto de vista dos lojistas de música: “As lojas de discos em geral pertenciam a donos de origem modesta, que se inibiam em comprar das gravadoras gêneros musicais que eles consideravam estranhos. Tinham medo de comprar música que desconheciam, que poderia ficar encalhada no estoque. Melhor encomendar trilhas de novelas...”

Mas ele abraça a hipótese do preconceito: “A música existe para que as pessoas amem, chorem, sonhem, protestem, se emocionem. Se ela faz esse papel com dignidade e eficácia, ela terá cumprido sua missão e a chamada qualidade que vá para o inferno. Estamos diante de questões de preconceito de classe, sim. E de preconceitos de pertencer, como no futebol. Sou do Corinthians, então sou inteligente, e você, torcedor do Cruzeiro, é um imbecil”.

Em 2002, o historiador Paulo Cesar de Araújo cutucou um nervo doloroso dos preconceitos musicais em *Eu não sou cachorro, não – Música popular cafona e ditadura militar*. O livro, profundamente perturbador para quem se tenha disposto a compreendê-lo, situa nas diferenças e nos preconceitos de classe social o epicentro do terremoto que separou europas de “bom gosto” de áfricas de “mau gosto” e dividiu os brasileiros entre (poucos) “cultos” e (muitos) “incultos”, simples e maniqueísta assim.

Paulo Cesar destrincha um dos argumentos centrais de um livro empenhado em reabilitar nomes como Waldick Soriano (autor dos versos abolerados “eu não sou cachorro, não/ pra viver tão humilhado/ eu não sou cachorro, não/ para ser tão desprezado”), Cláudia Barroso, Odair José, Diana, Paulo Sérgio, Benito di Paula, Agnaldo Timóteo, Nelson Ned, Dom & Ravel, Lindomar Castilho e dezenas de outros.

“Para ser bem qualificado pelas elites culturais, o repertório musical brasileiro precisa estar identificado ao que se considera ‘tradição’ (folclore, raízes do samba ou do forró) e/ou ao que se considera ‘modernidade’ (influências de vanguardas literárias ou musicais, jazz, bossa nova, tropicalismo)”, inicia. “Artistas populares, desde Anísio Silva e Waldick Soriano até Alexandre Pires e Zezé di Camargo são considerados de mau gosto pelas elites culturais, porque não estão identificados nem com a tradição nem com a modernidade. Veja que o rapper mais elogiado e premiado é Marcelo D2, exatamente porque ele aproxima o rap da batida do samba. Quanto mais longe da tradição e da modernidade, mais perto do mau gosto.”

Sua conclusão é provocativa e pisa em calos intocados, mas inchados, de intelectuais, formadores de opinião e consumidores cultos: “Esse apartheid musical é também reflexo da nossa desigualdade social. E isso se torna mais grave quando jornalistas, historiadores, sociólogos e museólogos não problematizam a questão e colocam seu gosto pessoal, ou o de sua classe social, como parâmetro para definir o presente e o passado cultural da nossa sociedade. Romper com essa visão autoritária e excludente deve ser o esforço de cada um de nós que trabalhamos com a memória”. Paulo Cesar demonstra que a cerca que separa bons e maus é de arame farpado, mas é também maleável e muda facilmente de lugar: “Para um fã de Gilberto Gil ou Jorge Ben Jor, a música de um cantor como Waldick Soriano parece muito simplória e banal. Mas, para um amante de jazz e música clássica, a música de Gil ou Ben Jor pode soar também muito simplória e banal. No passado, Lupicínio Rodrigues e Luiz Gonzaga eram considerados de muito mau gosto e só obtiveram reconhecimento da crítica quando seu período de maior sucesso popular já havia terminado”.

E oferece outro exemplo: “Os anos 1930- 1945 hoje são chamados de ‘era de ouro da música popular brasileira’, mas na época não foram percebidos assim pelas elites. Mario de Andrade, por exemplo, se referia à produção musical daquele período como ‘popularesca’. Em última instância, o que vale é o poder de quem tem o discurso competente para afirmar que tal produção é boa ou ruim”.

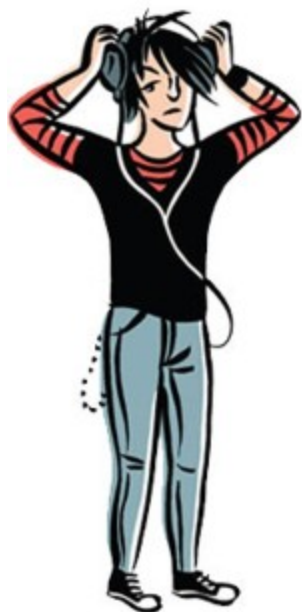
Na mesma direção, vai César Rasec, estudioso de cultura e sociedade na Universidade Federal da Bahia (UFBA), de quem voltaremos a falar mais adiante: “Tudo passa pela legitimação, não importa quem seja o legitimador. Podem ser o papa, os meios de comunicação, os acadêmicos. Só não pode ser o povo. Pelo senso comum, o povo ‘não pode’ e ‘não sabe’ legitimar porque é marionete conduzida pela força da grana de quem manipula a indústria cultural”.

Dois pesos, duas medidas

Músico identificado à MPB, o maranhense Zeca Baleiro gosta de beliscar o conflito e, volta e meia, grava músicas de (e/ou trabalha em parceria com) Fagner, Luiz Gonzaga,

Luiz Caldas, Luiz Ayrão, Odair José, Wanderléa, Martinho da Vila, Zeca Pagodinho, Charlie Brown Jr., Geraldo Vandré. E gosta de cutucar opositores da dita cafonice: “Os ‘modernos’ são patéticos. Aplaudem Pedro Almodóvar e renegam Waldick Soriano. O que fez Almodóvar? Estilizou a cafonice espanhola com humor e inteligência, sim, blindado por uma aura cult, transgressora. Mas não há muita disparidade entre o universo de seus filmes, que na verdade são novelas filmadas, e o universo que se vê nas canções dos ‘cafona’”.

O músico percebe uma via de mão dupla no confronto: “Da mesma maneira como esses



gêneros são discriminados por uma minoria de classe média e maior escolaridade, também o garoto da periferia que curte rap ou pagode tem preconceito contra o jazz ou a MPB. O preconceito não é só estético ou ideológico, a questão ficou mais complexa. Há uma dificuldade de compreensão, às vezes intolerância mesmo, a respeito de determinado gênero pelo que ele é como música, mas também pelo que simboliza como comportamento, atitude, origem e postura social”.

Os intermediadores da cultura acumularam poderio para orientar a legitimação (ou não) de artistas e estilos musicais. Mas é fato que esse poderio vem ruindo de forma espetacular desde o advento da internet. Intermediadores, como intelectuais, formadores de opinião, críticos e jornalistas, veem sua força encolher frente a cada novidade sobre pirataria, download, blog, Twitter etc.

Sob essa muralha esburacada, há cada vez mais quem se disponha a colocar a hidra do mercado midiático nas equações de gostos e preconceitos culturais. “Essas fronteiras, para mim, são hoje muito mais ditadas pelos meios de comunicação do que por qualquer outra coisa”, afirma Nei Lopes, escritor e sambista, compositor popular e historiador. “A música de mercado procura vender felicidade, riqueza, bem-aventurança, beleza, juventude, descompromisso. E a música cult serve para mostrar que há um grupo de pessoas ‘superiores’ a essas ‘coisas de pobres e iletrados’”.

Nei puxa a brasa para sua sardinha: “Engraçado, aí é que rola a contradição daquele

aficionado do jazz que em samba só admite Cartola e Paulinho da Viola. Os redatores não têm a mínima noção da alta qualidade artística e da revolução que foi e continua sendo o chamado pagode de fundo do quintal. Mas qualquer dia alguém vai parar e pensar no que representa um Arlindo Cruz, de onde veio e onde poderá chegar. E saibam esses ‘informados’ e ‘cultos’ que eu conheço muito sambista que curte, além dos velhos negões do samba, Chet Baker e Gerry Mulligan”.

O poderio de gravadoras e mídia é tema também de quem já foi muito valioso àquela estrutura e depois deixou de ser. É o caso do baiano Luiz Caldas, filho da lambada, pai do fricote e precursor da axé music, que dominaria a música brasileira por toda a década de 1990. “Conturbado é o meio midiático, que precisa denominar ídolos a cada temporada. Se tem rádio que paga jabá, o empresário vai e cria uma bandinha. Se você leva sua música numa rádio popular, não tem espaço sem ser dos que pagam jabá. Na rádio sofisticada, a música nem entra”, afirma ele, hoje em carreira independente.

Embora campeão de vendas nos anos 1980, ele conta que não foi uma estrada de tijolos amarelos o caminho do sucesso: “No começo, fui com disquinho debaixo do braço e encontrei todas as portas fechadas. Ouvi em gravadora até comentário do tipo ‘lá vem mais um baiano’. Voltei pra Salvador e estourei lá, correndo atrás, colando, eu mesmo, cartazes dos meus shows. Eu era o artista e era o peão. Consegui fazer revolução com os não que recebi”.

Autor de hits como Fricote (1985), Eu vou já (1986), Haja amor (1987) e Tieta (1989), Luiz interpreta sua música como algo que a indústria fonográfica foi forçada a assimilar: “Querer minha música, não queriam, de forma nenhuma. Gravadora queria era grana, né? Gostam de fazer o chamado banho de loja. Para me proteger disso, abri mão de luva de 100 mil dólares, carro e apartamento. Troquei por uma cláusula de que não poderiam interferir no conteúdo”.

Digerir é preciso

O caso de Luiz Caldas poderia ilustrar a ideia de que modismos musicais são passageiros e não resistem além do momento de estouro. Mas há indícios de uma reabilitação de sua música e do poder de sua guitarra: jovens roqueiros da Bahia o citam como referência, DJs ainda mais jovens do Espírito Santo fazem mashup de Lady Gaga com Luiz Caldas. O caso vira emblemático de como costumamos nos apegar à tradição e olhar o passado com generosidade bem maior que o presente.

E Luiz, em pessoa, voltou à carga num maluco e notável projeto de lançar 22 discos em dois anos, separando-os por gêneros musicais e reservando volumes exclusivos para MPB, axé, música clássica, forró, brega, rock pesado, jazz etc. Dez já foram lançados, entre eles um de música indígena, todo cantado em tupi. “Estou podendo catalogar os estilos todos que conheço. Vendo pela internet. Não existe o disco, eu vendo o sinal.”

Como parceiro nessa empreitada, Luiz tem César Rasec, aquele que foi citado anteriormente, curioso híbrido de acadêmico e compositor popular, que se pós-graduou em cultura e sociedade na UFBA com uma dissertação sobre, adivinhe, Luiz Caldas. “A versatilidade dele ainda não foi assimilada, está em processo. Pensam

que é apenas o cara da axé music que dança descalço”, diz César. “Infelizmente, a chamada elite cultural olha apenas para o próprio umbigo. O fator determinante é o preconceito, conceito prévio sobre algo sem ao menos entendê-lo. Sem preconceito, o erudito consegue uma interseção com o popular. Foi isso que eu fiz.”

A discussão é complexa, intrincada e não exatamente pacífica. Cada um dos personagens retratados (assim como o redator deste texto) guarda e exprime, por linhas ou entrelinhas, seus gostos, ideologias, idiosincrasias e mesmo preconceitos. Zeca Baleiro, por exemplo, afirma, com certa dose de humor: “Só não me peça para gostar de emo. Já tive minha fase metal, mas emo não dá. Soa fake, mais como uma defesa social e psicológica de um grupo, o dos adolescentes, do que como interesse musical de fato”. Nei Lopes também revela algumas de suas antipatias: “Para mim, a música melosa desses sertanejos se esgoelando é de extremo mau gosto. Da mesma forma, esse falso gospel e o som desses padres cantores que cobram cachês milionários por apresentação. Mas eles rendem muita grana para suas gravadoras e igrejas. Azar o meu.”

Amante de jazz e bossa nova, Zuzi Homem de Mello hesita a princípio, mas aceita a provocação de que revele alguns gostos inconfessáveis: “Eu sempre gostei da Roberta Miranda. Ela tem uma postura muito parecida à da Dalva de Oliveira, a respeito de sinceridade, toque poético. Ouço com prazer, como ouvia Núbia Lafayette, uma das mais fantásticas e menos reconhecidas cantoras brasileiras. Marinês é outra, é mãe de várias cantoras nordestinas. Luiz Gonzaga tem sido mais homenageado, mas todos nos lembramos do período em que era renegado”.

Liquidificador de estilos nestes anos 2000, Luiz Caldas elabora sua crítica: “Existe um gosto camuflado do brasileiro. Ele adora música brega, mas não admite. A bossa nova é maravilhosa, mas tem uma proteção enorme. Dizem ‘não suporto música brega, só ouço bossa nova’, e não, não é verdade. Tem gente que diz que gosta de bossa nova por causa da harmonia, mas não sabe nem o que é harmonia”.

A diretora Helena Tassara prepara um documentário sobre (e com) os ditos “cafonas”, inspirada pelo livro de Paulo Cesar de Araújo e com assessoria musical de Zeca Baleiro. Ela arrisca uma interpretação psicanalítica sobre a origem dos preconceitos, sejam contra melôs “cafonas”, sejam contra os cabelos desconstruídos dos emos: “Em todos os casos, acho que é fruto do puro desconhecimento, que dá medo, que afasta. É muito mais fácil e menos dispendioso emocionalmente a pessoa ficar apenas naquilo que já conhece e que faz parte de sua história de vida, ambiente familiar, grupo de amigos. É comum a pessoa desistir de conhecer o novo, o diferente, na ânsia do conforto de se reconhecer naquilo que já sabe”. Inspirado numa balada triste de Odair José, o filme vai se chamar Vou tirar você desse lugar. “Porque é exatamente essa a ideia”, diz Helena.

Devagar, tabus, apartheids e preconceitos vão sendo derrubados por quem não queira ficar estacionado no mesmo lugar. E Zeca Baleiro nos deixa as palavras finais, logo após criticar os emos: “Mas quem sou eu para julgar? Vou parar, porque esse papo tá muito cabeça, assim, não vou chegar no moleque da perifa”.

Protesto X Crítica, um embate clássico

Um caso intrigante de preconceito musical é aquele que acompanha a canção de



Foto: Vinicius Campos/Divulgação
Grupo O Teatro Mágico, que mescla interpretação teatral com artes circenses e música, superou o preconceito com ajuda da internet

protesto dos anos 1960 e os diversos gêneros derivados dela, desde o rock engajado dos Engenheiros do Hawaii até O Rappa e o rap. Desde que Sergio Ricardo quebrou o violão e Geraldo Vandré partiu da música para nunca mais voltar, um dos cacoes mais repetidos sobre a MPB é de que toda e qualquer música com algum tipo de conteúdo militante é “chata”, “cabeça”, “panfletária”.

É outro tabu quebrado pouco a pouco, e um exemplo presente é o grupo O Teatro Mágico, de Osasco (SP), que conquista público expressivo e crescente sem se relacionar com gravadoras, recoloca no palco influências das também espezinhas artes circenses, faz militância pela internet e canta letras politizadas, às vezes intelectualizadas, em coro com a plateia.

Galdino, um dos integrantes, descreve as diversas instâncias de preconceito que a banda foi superando. O dos que só dão valor a quem está na grande mídia (“esse a gente venceu com Orkut e YouTube, pelo clique a clique e o boca em boca dos admiradores”). O dos donos de espaços de shows (“esse a gente venceu alugando e lotando teatrinhos caindo aos pedaços”). O daqueles que os consideraram “modinha” quando veio o sucesso (“isso foi superado no debate, aprimorando nossa postura em relação à internet e à música autônoma”).

- [© Pedro Alexandre Sanches / Revista da Cultura](#)